PREFEITURA DO
RECIFE

**CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE**
**Ata da 8ª Reunião da Câmara de Habitação e Regularização Fundiária**

**Local: Auditório da URB (Sede da URB Recife - Avenida Oliveira Lima, nº. 867 - Boa Vista)**
**Data: 04 de Maio de 2017**
**Horário: 10h às 12 h**

**PAUTA:**

- ✓ Debate do Diagnóstico – Demandas e necessidades.
- ✓ Outros informes.

**Participantes da reunião da Câmara Técnica:**

- ✓ Dos Conselheiros do poder público presentes: Norah Neves, Marcela Paiva e Luciana Félix.
- ✓ Dos Conselheiros de segmentos Empresariais: Sandro Guedes (ADEMI/PE).
- ✓ Dos Conselheiros de Entidades profissionais acadêmicas, de pesquisa e conselhos profissionais e ONGs: Ângela Carneiro da Cunha (CAU/PE) e Noé Sérgio (IAB/PE).
- ✓ Dos Conselheiros de Representantes do segmento de entidades sindicais de categorias profissionais ligadas ao desenvolvimento urbano, movimentos sociais e populares com atuação na temática urbana ou ambiental: Pedro Guedes (AMECICLO), Degenildo Trajano (PREZEIS) e João José (MLPC/PE).
- ✓ Dos técnicos da PCR e convidados: Socorro Cavalcanti (Poder Público), Mônica Loreto (Poder Público), Adriana Figueira (Poder Público), Carlos Alberto (Poder Público), Tereza Lessa (Poder Público), Gleyce Medeiros (Poder Público), Silvana Valderno (Poder Público), Rosa Campello (Poder Público), Suzy Parente (Poder Público), Anabel Garcia (Poder Público), Kátia Simões (Poder Público), Sérgio Mattos (Poder Público), Caio Scheidegger (UFPE), Sérgio Lúcio (Lucena Consultoria), Vera Mendes (Lucena Consultoria) e Igor Jordão (Lucena Consultoria).

**Resumo da reunião:**

- ✓ Iniciou-se a reunião com esclarecimentos sobre alguns dados contidos no diagnóstico, dentre eles, o déficit habitacional que ainda não foi revisto pela Lucena Consultoria. Foi informado que os dados que serão considerados pela empresa, não serão os disponibilizados pela fundação João Pinheiro. A Lucena deverá considerar os dados do mapeamento de áreas criticas elaborado pela Prefeitura da Cidade do Recife.
- ✓ Vera Mendes (Lucena Consultoria) informou que a pessoa responsável pelo tema que será apresentado nesta reunião, encontra-se com problemas de saúde. Repassou que a Lucena

Consultoria recebeu inúmeras contribuições de mestrandos e doutorandos do MDU em reunião ocorrida na UFPE.

- ✓ Relatou-se que, quanto à estrutura de gestão apresentada no diagnóstico, deverá se considerar o que estava posto até dezembro de 2016, mesmo sabendo que há mudanças ocorrendo ao nível federal, a qual repercute na estrutura de organização municipal.

- ✓ Norah Neves (Poder Público) lembrou que era até o dia 28 de abril de 2017 a data referência para o recebimento das contribuições dos conselheiros para o diagnóstico. Ressaltou que serão consideradas as realizadas nesta reunião.

- ✓ Quanto às contribuições ao PLHIS, serão consideradas até o final desse processo de discussão com a Câmara.

- ✓ Norah Neves (Poder Público) propôs uma reunião de fechamento do diagnóstico com os dados considerados para orientar a formulação do PLHIS.

- ✓ Vera Mendes (Lucena Consultoria) iniciou a apresentação sobre demandas e necessidades habitacionais.

- ✓ João José (MLPC), Noé Sérgio (IAB/PE) e Sandro Guedes (ADEMI/PE) reforçaram a importância da distribuição dos conjuntos habitacionais junto a equipamentos públicos como: escola, praças e área de lazer.

- ✓ Norah Neves (Poder Público) informou que, de acordo com as novas regras do Ministério, para habilitar a Prefeitura ao programa "Minha Casa, Minha Vida", o município deverá enviar suas escolhas de área e o ministério define os locais que serão selecionados.

- ✓ João José (MLPC) argumentou que o modelo de construção de conjuntos habitacionais deve ser repensado, considerando as áreas de lazer já utilizadas de forma espontânea pela população, como: campos de futebol, quadra de lazer, etc.

- ✓ Ângela Carneiro (CAU/PE) ponderou que a cidade do Recife não pode ser considerada de forma isolada dos outros municípios da RMR. Ressaltou que deve-se considerar a infraestrutura já existente, pois a sua existência prévia, é vital para a construção dos conjuntos habitacionais. Reforçou a necessidade de afinar essa questão com a nova proposta do governo federal.

- ✓ Degenildo Trajano (PREZEIS) enfatizou a necessidade de considerar a construção de conjunto habitacional, respeitando as áreas de lazer já utilizadas pela população.

- ✓ Norah Neves (Poder Público) solicitou que dessem continuidade à apresentação.

- ✓ Vera Mendes (Lucena Consultoria) enfatizou que o diagnóstico faz referência aos problemas e demandas e que no Plano pode-se considerar questões em termos de propostas e soluções. Mesmo que não tenha sido contemplada no diagnóstico.

- ✓ Degenildo Trajano (PREZEIS) se mostrou preocupado com a finalidade do PLHIS, pois, tem a experiência dos planos urbanísticos do PREZEIS que, muitas vezes são elaborados, mas não são respeitados.

- ✓ Norah Neves (Poder Público) esclareceu que o PLHIS tem uma abrangência maior (ao nível do planejamento) de definição de diretrizes e que deverá orientar os projetos executivos, além dos planos urbanísticos do PREZEIS. Deu continuidade, informando que o termo de referência para captar recurso junto ao programa "Minha Casa Minha Vida", já foi elaborado. Ressaltou que há questões específicas que podem ser de interesse da população. Como por exemplo: o incentivo na produção de horta comunitária, utilizando taxas de solo natural.

- ✓ Noé Sérgio (IAB/PE) lembrou que investimentos como a produção de hortas comunitárias, dependem muito de um intenso trabalho social.

- ✓ Sandro Guedes (ADEMI/PE) colocou que a Lucena Consultoria deve se responsabilizar com as intervenções que forem de custos incidentes, pois se a Caixa Econômica não financiar o projeto, o construtor não deverá se responsabilizar.

- ✓ Ângela Carneiro (CAU/PE) colocou que a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República fez um trabalho para melhorar a acessibilidade nos conjuntos habitacionais. Argumentou que o PLHIS tem também, o objetivo de melhorar a qualidade dos conjuntos habitacionais.

- ✓ Sandro Guedes (ADEMI/PE) reforçou que o objetivo maior é reunir todos os interessados, inclusive os órgãos financiadores, onde poderão estabelecer as regras de modo a viabilizar a execução dos projetos habitacionais.

- ✓ Norah Neves (Poder Público) lembrou que o ambiente da Câmara se propõe a realizar essa discussão, inclusive com a participação de vários segmentos representativos da sociedade.

- ✓ Vera Mendes (Lucena Consultoria) retomou apresentação do diagnóstico, ressaltando as áreas de vulnerabilidade do Recife (Dados do IBGE 2010).

- ✓ Na apresentação, observou-se que há escolas nas proximidades de todas as áreas críticas de interesse social, porém, nem todas as escolas são de qualidade ou possuem infraestrutura adequada. Vera Mendes (Lucena Consultoria) observou que o diagnóstico aponta o que existe de carência ou ausência de serviços que qualificam a habitação. Mostrou que entre, educação e saúde, a saúde se apresenta de forma mais crítica nas áreas de interesse social. Ressaltou que há problemas de infraestrutura, esgotamento sanitário e tratamento adequado do lixo.

- ✓ João José (MLPC) lembrou que a CELPE e a COMPESA realizam seus serviços em áreas não consolidadas. Norah Neves (Poder Público) afirmou não ter conhecimento sobre a intervenção da COMPESA, mas que a CELPE, há muito tempo procede dessa maneira.

- ✓ Noé Sérgio (IAB/PE) ponderou sobre a importância de se constituir interlocução da população por território com os órgãos que prestem serviços diretamente. Sugeriu que o PLHIS poderia ser debatido em pequenos territórios de modo a facilitar a sua implantação.

- ✓ Norah Neves (Poder Público) refletiu que em um trabalho de inclusão, deve investir no trabalho social de cidadania, ao tempo das intervenções de infraestrutura antes, durante a após a conclusão das obras. Reforçou que este trabalho é da competência do poder público e havendo esse investimento, podem-se gerar condições para a autonomia das comunidades frente a sua organização e intervenção sobre o território. Informou que outro aspecto importante decorrente do trabalho social é estimular o sentimento de pertencimento da população com seu local de moradia.

- ✓ João José (MLPC) ponderou que o tempo do trabalho social acontece em sintonia com as intervenções de infraestrutura. Outro problema encontrado é a descontinuidade.

- ✓ Ângela Carneiro (CAU/PE) ressaltou que há uma preocupação com a educação da população para que possa existir uma adequada convivência social. Expôs que também em bairros de classe média, há problemas de convivência. Defende que a educação cidadã deva ser feita para toda a cidade, pois a população não tem conhecimento da origem dos serviços e não se comprometem com sua manutenção.

- ✓ Degenildo Trajano (PREZEIS) ponderou que a Prefeitura da Cidade do Recife não investe há muito tempo em um trabalho social nos conjuntos habitacionais. Exemplificou que há um conjunto habitacional do bairro do Arruda, onde os moradores não foram informados sobre a procedência da água de abastecimento distribuída por um poço.

- ✓ Noé Sérgio (IAB/PE) refletiu que há muito tempo se centra as intervenções na construção, sem considerar as pessoas que vão residir. Reforçou que o PLHIS deve focar nas duas áreas, a construtiva e social. Perguntou sobre a atuação dos CRAS nessa área.

- ✓ Norah Neves (Poder Público) esclareceu que embora a atuação do CRAS seja social, são intervenções distintas, podendo haver uma articulação para solucionar aspectos de interesse da política da assistência social. Informou que o trabalho social para cidadania tem um papel diferenciado, pois se atua com direitos e deveres da população sobre seu local de moradia. Enfatizou que o plano deve conter propostas para o trabalho social, devendo ser considerado uma prioridade nos investimentos de projetos executivos para área de habitação.

- ✓ Norah Neves (Poder Público) exemplificou que tem vários conjuntos habitacionais construídos que estão em situação de risco. Informou que há erros dos dois lados: do cidadão que depreda e do poder publico que não investiu na organização do condomínio e no trabalho social de formação cidadã.

- ✓ Prosseguindo a leitura do diagnóstico, Norah Neves (Poder Público) observou que o déficit quantitativo e os dados qualitativos apresentados estão misturados. Vera Mendes (Lucena Construtora) respondeu que esses dados já foram corrigidos no documento. Norah Neves (Poder Público) esclareceu que déficit habitacional é o dado quantitativo, para aqueles que a moradia não pode ser aproveitada (como as palafitas), moradia em áreas de risco ou *Non Aedificandi*. João José (MLPC) lembrou que as famílias que se encontram em auxilio moradia também devem ser consideradas como dados quantitativos.

- ✓ O diagnóstico apresentou que o déficit quantitativo de habitações em Recife é na ordem de 60.765 e o qualitativo é de 186.372. Foram considerados os dados do IBGE (2010) e do Mapeamento de Áreas Criticas – CIS.

- ✓ Noé Sérgio (IAB/PE) lembrou a necessidade de levantar os imóveis vazios para uso de habitação de interesse social.

- ✓ Norah Neves (Poder Público) ponderou que o fato dos dados quantitativos e qualitativos estarem misturados na apresentação compromete a discussão dos dados na Câmara.

- ✓ Vera Mendes (Lucena Consultoria) finalizou a apresentação, fazendo referência à Legislação, como: a Lei de Parcelamento do Solo e a Lei do PREZEIS, com itens que devem ser mudados e que podem contribuir com o plano.

- ✓ Ângela Carneiro (CAU/PE) se comprometeu a enviar em uma semana, um conjunto de leis referentes à acessibilidade para que possa ser considerada no Plano.

- ✓ Ao finalizar a discussão, Sérgio Lúcio (Lucena Consultoria) informou que o arquiteto responsável pelo plano se encontra com séria enfermidade e provavelmente deverá ser substituído. Explicou que esta é uma das razões da empresa estar com dificuldade de definir uma agenda prévia para assim, iniciar a discussão das diretrizes de propostas do Plano na Câmara.

- ✓ Norah Neves (Poder Público) juntamente com outros conselheiros, sugeriu que a Lucena elabore uma síntese do diagnóstico com as correções sobre o déficit habitacional.

- ✓ Noé Sérgio (IAB/PE) sugeriu que houvesse a entrega do documento sintetizado, elaborado pela Lucena Consultoria para a Câmara, para que assim, fosse concluída a discussão do diagnóstico.

- ✓ Norah Neves (Poder Público) ponderou que o produto elaborado pela Lucena Consultoria, com as contribuições da Câmara, já apresenta uma forma consistente para sua conclusão.

**Encaminhamentos:**

- ✓ A Lucena Consultoria se comprometeu a informar Norah Neves (Poder Público), a data que entregará o diagnóstico com as contribuições da Câmara de Habitação.
- ✓ O produto concluído deverá ser disponibilizado para todos os membros da Câmara Técnica de Habitação para devido conhecimento.
- ✓ Ficará em aberto a data para a próxima reunião da Câmara Técnica de Habitação, aguardando sinalização da Lucena Consultoria para iniciar a discussão da terceira etapa de elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social.

**Conselheiros presentes indicados pelos seus respectivos segmentos que integram a Câmara Técnica:**

| NOME/INSTITUIÇÃO | ASSINATURA |
|---|---|
| Ângela Carneiro da Cunha (CAU/PE) | |
| Dejenildo Trajano (PREZEIS) | |
| João José (MLPC) | |
| Luciana Félix (Poder Público) | |
| Marcela Gusmão (Poder Público) | |
| Norah Neves (Poder Público) | |
| Sandro Guedes (ADEMI/PE) | |